

PLANO DE ENSINO

ATIVIDADE	DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: FEADING CASES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS								
DOCENTE	LEANDRO LÉO REBELO								
CÓDIGO	GRDDIRATCE71252/ GRDDIRATCE71258	SEMESTRE	2025.1	PERÍODO	A partir 3º	NATUREZA	ATCE	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	Introdução ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Declaração Americana e Convenção Americana. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Subsidiariedade. Princípio <i>pro persona</i> . Legitimados ativos e passivos. Regras de <i>standing</i> e competência. Admissibilidade. Esgotamento dos recursos internos. Mecanismos alternativos de solução de disputas. Reparações. Responsabilidade internacional do Estado. Projeto de Artigos da CDI. <i>Lex specialis</i> . Controle de convencionalidade. Margem de apreciação nacional. Liberdade de expressão. Teste tripartido. Censura prévia. Moderação de conteúdo digital e novos desafios. Processos de transição. Desaparecimento forçado. Povos indígenas e tribais. Evolução da interpretação e direitos coletivos. Direitos econômicos, sociais e ambientais. Justiciabilidade do artigo 26 do Pacto de São Salvador. Violência de gênero. Casos <i>Campo Algodonero</i> e <i>Maria da Penha</i> . Casos <i>Beatriz</i> e <i>Manuela</i> . Discriminação. Casos <i>Flor Freire</i> , <i>Atala Riffo</i> , <i>Vicky Hernández</i> e <i>Gonzalez Lluy</i> . Padrões de proteção a crianças e adolescentes. Mobilidade humana e refúgio. Opinião Consultiva 18/03. O Brasil e o Sistema Interamericano.									
OBJETIVOS	O objetivo da disciplina é proporcionar uma compreensão abrangente e atualizada das principais situações analisadas pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos, estabelecendo comparações, quando adequado, com outros sistemas internacionais. A partir de uma explicação dos objetivos e mecanismos de funcionamento dos sistemas, casos notáveis serão discutidos, com o objetivo de propiciar uma maior compreensão dos temas vitais para o Sistema.									
METODOLOGIA	A aula se baseará na interpretação de decisões de órgãos internacionais, buscando reconstruir e desafiar os argumentos através do método socrático, e na discussão de casos hipotéticos a serem resolvidos e debatidos (PBL).									
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.									
	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.									
	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.									
	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.									
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.								
	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.									
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.								
	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.									
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.								
	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.									
	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.									
	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.									
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.								
X	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.									
Outras:										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO										
AULA	TEMA									
1	Apresentação da disciplina									
2	Introdução ao Sistema Interamericano (Parte I)									
3	Introdução ao Sistema Interamericano (Parte II)									
4	Responsabilidade internacional do Estado									
5	Controle de convencionalidade e margem de apreciação									
6	Liberdade de expressão (Parte I)									
7	Liberdade de expressão (Parte II)									
8	Processos de transição									

9	Povos indígenas e tribais
10	Direitos econômicos, sociais e ambientais
11	Violência de gênero
12	Discriminação
13	Proteção de crianças e adolescentes
14	Mobilidade humana e refúgio
15	O Brasil e o Sistema Interamericano
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	A avaliação se baseará em um trabalho escrito final (50%), na participação durante as aulas (25%) e na discussão em sala dos casos selecionados para análise (25%).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ABI-MERSHED, Elizabeth <i>et al.</i> <i>Comentarios al procedimiento ante el Sistema Interamericano de Derechos Humanos</i> . Konrad Adenauer Stiftung, 2023. AMERICAN UNIVERSITY WASHINGTON COLLEGE OF LAW. <i>Desafíos en materia de reparaciones y supervisión de cumplimiento de sentencias de la Corte IDH</i> . Washington, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IloYX79A5IE . CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. <i>La búsqueda de la realización de la justicia en la era de los Tribunales Internacionales</i> . In: QUEL LÓPEZ, Francisco (org.), <i>Cursos de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales de Vitoria-Gasteiz</i> , n. 1, 2010
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BENDOR, Ariel L.; TAMIR, Michal. <i>Prior Restraint in the Digital Age</i> . William and Mary Bill of Rights Journal, vol. 27, n. 4, 2019, pp. 1155-1181. Disponível em: https://scholarship.law.wm.edu/wmborj/vol27/iss4/7/ DIEGUES, Jorge Alberto. <i>¿Es absoluta la prohibición de la censura en el Sistema Interamericano?</i> Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano, 2008, pp. 327-351. CEJIL. <i>Implementación de las decisiones del Sistema Interamericano de Derechos Humanos: Jurisprudencia, normativa y experiencias nacionales</i> . Coord.: KRSTICEVIC, Viviana; TOJO, Liliana. Buenos Aires: CEJIL, 2007 COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. <i>Movilidad humana y obligaciones de protección: Hacia una perspectiva sub-regional</i> . OEA/SER.L/V/II, 21 de julho de 2023. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. <i>Tercer Informe del Mecanismo Especial de Seguimiento al Asunto Ayotzinapa (MESA): Avances y seguimiento del cumplimiento de la Medida Cautelar MC/409/14</i> . OEA/Ser.L/V/II, 8 de novembro de 2022.